

A PESQUISA CIENTÍFICA A PARTIR DE OLHARES FEMINISTAS

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida¹

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de trazer à tona reflexões sobre o que se constitui fazer uma ciência feminista, algo que, segundo o modelo cartesiano predominante no Ocidente, não seria possível. Recorro ao pensamento de estudiosas preocupadas com a produção do conhecimento, tais como Sandra Harding, Uma Narayan, Cecília Sardenberg, dentre outras. Diante dos dualismos característicos da ciência tradicional, que opõem razão *versus* emoção, objetivo *versus* subjetivo, masculino *versus* feminino, as autoras provocam reflexões sobre a pseudoneutralidade da produção do conhecimento científico. Frente a isso, trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como intuito estimular o debate sobre o que é fazer pesquisa em campos de estudo feministas e de demais segmentos costumeiramente pouco abordados.

Palavras-chave: epistemologia; feminismo; pesquisa científica.

ABSTRACT

This work aims to bring up reflections on what constitutes doing feminist science, something that, according to the cartesian model prevalent in the West, would not be possible. I resort to the thinking of researchers that are concerned with the production of knowledge, such as Sandra Harding, Uma Narayan and Cecília Sardenberg, among others. In view of the dualisms that are characteristic of traditional science, which oppose reason versus emotion, objective versus subjective, male versus female, the authors provoke reflections on the pseudo-neutrality of the scientific knowledge production. Facing that, this is a bibliographic review that aims to stimulate the debate about what is making research in feminist fields of study and other segments that are usually rarely addressed.

Keywords: epistemology; feminism; scientific research.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Graduada em Ciências Sociais/Bacharelado e Licenciatura pela UFPE e em Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco. Tem pesquisado as áreas de democracia, gênero e movimento feminista.

Introdução

O objetivo deste artigo é promover reflexões acerca da ciência a partir de olhares feministas. Há autoras que argumentam que a ciência tradicional é andocêntrica, privilegia os homens em detrimento não só das mulheres, mas das pessoas negras e pobres. Ressaltam, ainda, que tratam-se de perspectivas dualistas e hierárquicas de ver o mundo e lidar com a ciência, trabalhando a partir de dicotomias: razão *versus* emoção; objetivo *versus* subjetivo; corpo *versus* mente etc., em que o primeiro está associado aos homens e o segundo às mulheres. A partir da crítica a esses modelos, questiona-se, por exemplo, a quem serve o conhecimento e quem faz ciência. Discute-se como fazer para que as mulheres sejam sujeitos do conhecimento e, para isso, defende-se que se faça uma ciência feminista, calcada em princípios de objetividade e reflexividade fortes (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009). A partir da desconstrução da ciência tradicional, fazem ver que a ciência não é algo à parte do contexto cultural e nos leva a refletir, inclusive, sobre a relação dos pesquisadores com o campo do estudo e os sujeitos estudados.

Estou de acordo com o que algumas autoras, preocupadas com reflexões em torno da filosofia da ciência, neste texto representado por Sandra Harding (2004), nomeiam por teoria da perspectiva feminista. Para a autora, no processo de pesquisa, ao se tomar como ponto de partida a experiência de grupos tradicionalmente excluídos, como mulheres, negros e negras, gays, lésbicas etc., a objetividade é maximizada. Dito de outra forma, é preciso incluir fatores sociais da produção do conhecimento e partir de uma localização explicitamente social no processo de pesquisa, fatores bastante combatidos e evitados pelo método científico ocidental para se promover uma reflexividade forte, que é pré-requisito para a objetividade forte (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009). Por isso, considero pertinente a escrita na primeira pessoa do singular, pois como mulher, ainda que tenha desfrutado de muitos privilégios ao longo da minha vida, parto de uma experiência de diversas opressões e de apostas de transformações sociais a partir dessas experiências. Desta forma, objetivo responder a

questionamentos do tipo: o que é ser uma teórica feminista? O que é fazer uma ciência feminista?

1 Quem pode ser sujeito do conhecimento?

Sandra Harding afirma que a epistemologia responde a pergunta de quem pode ser sujeito do conhecimento, trata também sobre as provas às quais as crenças devem ser submetidas para serem legitimadas como conhecimento e aborda que tipo de coisas podem ser conhecidas (HARDING, 1987a, p. 3). A filósofa estadunidense faz alguns questionamentos a partir dessa definição: podem as mulheres ser sujeitos do conhecimento? As provas devem aplicar-se apenas a experiências e observações masculinas? As verdades subjetivas podem ser consideradas como conhecimento? (HARDING, 1987a, p. 3). Segundo Harding:

As feministas argumentam que as epistemologias tradicionais sistematicamente excluem, com ou sem intenção, a possibilidade de as mulheres serem sujeitos ou agentes do conhecimento; argumentam que a voz da ciência é masculina e a história foi escrita do ponto de vista dos homens (dos que pertencem à classe ou raça dominantes); argumentam que sempre se pressupõe que o sujeito de uma oração sociológica tradicional é homem. É por isso que se tem proposto teorias epistemológicas alternativas que legitimem as mulheres como sujeitos do conhecimento [tradução nossa] (HARDING, 1987a, p. 3).

Diante dessa colocação, recorro aqui às autoras associadas à epistemologia feminista para que seja possível problematizar uma série de questões ligadas a formas de se pensar e fazer ciência que podem ser consideradas sexistas. Um dos principais alvos de reflexão e crítica das cientistas feministas é a forma como o mundo está dividido em dicotomias conceituais e sociais: público *versus* privado; masculino *versus* feminino; objetivo *versus* subjetivo; poder *versus* amor; razão *versus* emoção; cultura *versus* natureza; universal *versus* particular; ativo *versus* passivo; transcendente *versus* imanente etc. (KELLER, 1991;

NARAYAN, 1997; SARDENBERG, 2002; MAFFIA, 2002). Essas dicotomias são características da razão cartesiana, característica do pensamento iluminista, conforme aponta Cecilia Sardenberg (2002, p. 95). Essa autora reitera que, para as feministas, esses dualismos estão calcados em diferenças de sexo e nas desigualdades de gênero, pois os primeiros conceitos são associados aos homens (público; objetivo; poder; razão; cultura; universal; ativo), os segundos estão ligados às mulheres (privado; subjetivo; amor; emoção; natureza). As feministas apontam ainda que a Ciência Moderna é androcêntrica e o sujeito universal dessa ciência tem sido o homem branco ocidental (SARDENBERG, 2002, p. 96). Ou, ainda:

Ser objetivo faz parte do estereótipo da mente masculina. Ser subjetivo faz parte do estereótipo da mente feminina. Ter raciocínio universal, se atribui aos homens – sem dúvida que foi criticado em toda a história da filosofia e das ciências a mulher não ter mais que raciocínio para assuntos particulares. A razão é uma qualidade especificamente masculina, enquanto a emoção é uma qualidade especificamente feminina. Dessa maneira, vemos então que os pares estão sexualizados e que formam um estereótipo de masculinidade e feminilidade. Vemos também, que a coluna da esquerda tem valores epistemológicos, e a coluna da direita não tem valores epistemológicos. E vemos também, que existe uma hierarquização desses pares. Significa dizer que, como costuma ocorrer na história do pensamento, toda diferença vai ser resolvida em uma hierarquia. Não é simplesmente dizer que os homens sejam diferentes das mulheres, e sim que se estabeleça entre eles uma hierarquia, como se estabelece entre qualquer sujeito ao qual se atribui uma identidade e aqueles outros que se deixa na alteridade – sujeitos esses dos quais as mulheres são um paradigma (MAFFIA, 2002, p. 35).

Esse cenário contribui para que nós, mulheres, sejamos excluídas dos lugares de produção do conhecimento. Diana Maffia desenvolveu uma pesquisa em 2001 no Brasil e na Argentina com os objetivos de elaborar um diagnóstico da situação das mulheres no setor de ciência e tecnologia e, então, sugerir propostas de indicadores de políticas para se alcançar a igualdade de oportunidades e diminuir as

desigualdades de gênero nesse meio (MAFFIA, 2002, p. 26). Entre os indicadores, destaco: a porcentagem de pesquisadores segundo sexo e idade; segundo sexo e idade por nível hierárquico alcançado; a porcentagem de mulheres em postos de decisão política. Em ambos os países, vê-se majoritariamente a presença das mulheres em categorias mais baixas e, sobretudo, nos postos de decisão. A autora relata que, em pesquisa anterior feita com mulheres que ocupavam cargos máximos em ciência e tecnologia na Argentina, elas não viam que haviam passado por situações de discriminação pelo gênero ou, em alguns casos, ainda culpavam outras mulheres pelo abandono ou falta de paixão pela carreira por preferirem a vida familiar e/ou por falta de talento. Apesar de a pesquisa de Maffia ter sido feita em 2001, a realidade mais recente parece não ter apresentado drásticas mudanças. Lourdes Bandeira mostra que, em 2007, apenas 30% das bolsas de produtividade na categoria Pq 1-A, a mais alta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), eram destinadas às pesquisadoras (BANDEIRA, 2008, p. 208). Em texto publicado pela página “Gênero e Número”, em 2017, é possível constatar a realidade desigual: de 112 pesquisadores no cargo mais alto CNPq, no Brasil, apenas 27 eram mulheres, o que representa 25% (MONNERAT, 2017). Maffia aponta que não é suficiente aumentar a quantidade de mulheres no meio científico, mas que é preciso um compromisso de equidade de gênero na ciência e tecnologia aliado a um projeto do país, econômico e social, que tenha como objetivo melhorar a qualidade de vida da população como um todo (MAFFIA, 2002, p. 31). Neste momento, cabe a discussão sobre os pilares que sustentam a ciência ocidental no intuito de problematizar de que forma é possível se fazer algo diferente, sobretudo, a partir do olhar feminista.

Lourdes Bandeira (2008) aponta a crítica feminista ao conhecimento científico. Para explicitar a sua perspectiva, questiona alguns dos pressupostos que nortearam a produção do conhecimento científico, a exemplo da ideia de neutralidade, universalismo, objetividade e aponta também o caráter masculinista. Isso não significa que as mulheres tenham sido excluídas, mas que existem resistências a sua inclusão. É pressuposto um sujeito universal homem, tal qual Sardenberg (2002)

aponta. Diante disso, cabem às críticas feministas explicitarem o quadro de desigualdade na construção do referido tipo de conhecimento. Bandeira afirma que, de Bacon a Descartes, legitimou-se a exclusão das mulheres da ciência com base nos seguintes argumentos: 1) dominação masculina que naturalizava a inferioridade das mulheres; 2) divisão sexual do trabalho; condição monolítica, atemporal e excludente da ciência (BANDEIRA, 2008, p. 213). A pesquisadora enfatiza que:

Para a crítica feminista, qualquer forma de ciência que seja considerada ou proposta como universal deve ser duramente criticada, uma vez que todas as categorias pretensamente universais acabam por fixar parâmetros permanentes, inclusive de poder. Ao contrário, parte-se de que as posturas teóricas se constroem como processo de conhecimento em um dado contexto social transitório. Processos e categorias universais correm riscos de se constituírem em núcleos e/ou redutos de um sistema de dominação, do qual justamente o pensamento feminista faz crítica. Um sujeito universal e único não é encontrado mesmo em laboratório. Portanto, desconstruir e criticar as totalidades universais que formam, entre outros, o arsenal de concepções teóricas predominantes passa a ser o alvo com o qual, fundamentalmente, lida a crítica feminista (BANDEIRA, 2008, p. 213-214).

Bandeira observa que se trata da introdução de novas perspectivas analíticas, que exprimem novos paradigmas à produção do conhecimento e a construção de novos campos de saber e poder.

[...] sua contribuição [da crítica feminista] diz respeito à abertura para as alteridades, ou seja, enfatiza-se a negação de qualquer perspectiva essencialista e binária, contemplando o espaço das experiências femininas plurais constitutivas da experiência social da modernidade e o surgimento de novas temáticas e categorias derivadas de tais experiências. Vale destacar que a teoria feminista, ao incorporar as alteridades, não se restringiu com exclusividade às mulheres, mas também absorveu outros sujeitos omitidos pelas grandes discursividades iluministas (BANDEIRA, 2008, p. 221).

No texto “Feminismos, diferenças: uma reflexão sobre pesquisa, categorias analíticas e

transformação social”, Maria Lígia Elias (2019, p. 76) afirma que trabalhar a partir da perspectiva feminista vai além de simplesmente incorporar a categoria de gênero: “Trata-se de um engajamento acadêmico, científico, político e também epistemológico que desconfia de universalizações e generalizações sobre a humanidade, e que enfoca na vida das sujeitos e dos sujeitos em suas dimensões materiais”. É necessário, portanto, encarar que as universalizações implicam no silenciamento ou no apagamento de outros sujeitos e escondem relações de poder. Considero que esse seja um passo de grande importância para quem almeja, de algum modo, que a ciência contribua para transformações sociais.

2 A construção de uma ciência feminista

A crítica feminista trouxe à tona o alerta sobre o fato de que o conhecimento científico não é algo objetivo, desconectado do contexto cultural dos atores sociais. Ou seja, não está à parte dos cenários de diversos tipos de desigualdades sociais. Seguindo as ideias de Sardenberg (2002, p. 113), posso dizer que me inspiro na passagem do “fazer ciência enquanto feminista” para o “fazer uma ciência feminista” no sentido de que faço o possível para que a minha produção acadêmica tenha o olhar para as diversas questões ligadas a gênero e à luta das mulheres para mudar os contextos de desigualdades e, seguindo a argumentação de Elias (2019), encaro que não é possível negligenciar as diversas vivências das mulheres a depender de questões ligadas à raça e classe.

Segundo Sardenberg:

[...] pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (SARDENBERG, 2002, p. 91).

Trata-se de uma questão controversa no meio acadêmico e Sandra Harding mostra que o

entendimento do “fazer uma ciência feminista” não é um consenso. Ela remonta a duas versões: a primeira diz que, em qualquer momento da história, existem muitos “saberes subjugados”² que entram em conflito e que não são refletidos nas histórias dominantes que a cultura conta sobre a vida social. Dessa forma, não se pode falar numa ciência feminista ou numa sociologia feminista, mas sim de muitas histórias que mulheres diferentes contam acerca dos diversos conhecimentos que possuem (HARDING, 1987b, p. 188). A segunda crítica, protagonizada pela teórica do feminismo negro bell hooks³, diz que o que torna o feminismo possível é que as mulheres podem se unir em torno de diversas formas de dominação dos homens. Não é o fato de que as mulheres partilham de certos tipos de experiência de opressão patriarcal de raça, classe e cultura. Dessa forma, não poderia haver “um”⁴ ponto de vista feminista como o gerador de histórias verdadeiras sobre a vida social, mas apenas críticas e oposições feministas a falsas histórias. A autora reitera que, de acordo com essa perspectiva:

Não poderia haver ciência feminista porque a oposição do feminismo às histórias de dominação localiza o feminismo em uma posição antagônica em relação a qualquer tentativa de fazer ciência - androcêntrica ou não (HARDING, 1987b, p. 188).

A partir das duas abordagens, Harding questiona se as feministas devem desistir dos benefícios políticos que podem ser acumulados a partir da produção de uma ciência social nova, menos enviesada. A autora responde que é precipitado desistir de algo que nunca se teve e que apenas os que tiveram acesso aos benefícios do Iluminismo podem desistir dos mesmos (HARDING, 1987b, p. 189). Estou de acordo com a autora, sobretudo, quando diz que precisamos estar atentas aos impulsos fundamentais da busca pelo

² Aspas de Harding.

³ A autora usa o seu nome em letras minúsculas como uma forma de chamar a atenção para suas ideias e não para si mesma.

⁴ Aspas de Harding.

conhecimento e da ciência ao mesmo tempo em que os transformamos em fins feministas.

Como as cientistas estão inseridas nesse contexto social, acabaram por ter suas concepções de mundo alteradas, levando, inevitavelmente, essas mudanças para suas pesquisas. Na concepção de Evelyn Fox Keller (2006), a presença das mulheres em posições de liderança e autoridade na ciência ajudou a problematizar o sentido de rótulos tradicionais de gênero no campo em que trabalhavam, influenciando os que também atuavam na área.

A partir das ideias postas por Sardenberg (2002), é possível questionar se fazer uma ciência feminista não seria contraditório com os princípios de neutralidade e objetividade da ciência. Londa Schienbinger reitera que a ciência é uma atividade humana e deve servir a todos, homens e mulheres (SCHIENBINGER, 2001, p. 334). Portanto, não se trata de entrar em contradição com os princípios, mas sim de resignificá-los para que os sujeitos do conhecimento sejam homens e mulheres. Diante disso, Sardenberg questiona:

Como dar procedimento aos nossos afazeres políticos e científicos se os princípios que os autorizavam anteriormente são agora questionados? Que estratégias epistemológicas poderão melhor avançar a produção feminista de um conhecimento politizado? (SARDENBERG, 2002, p. 101-102).

Para responder a tais questões, a pesquisadora recorre a autoras da área conhecida como epistemologia feminista, como Sandra Harding e Dorothy Smith. Seu argumento central é o de que, quando “fazemos ciência usual” como feministas ou, ainda, quando criticamos a ciência a partir de uma perspectiva feminista, estamos fazendo uma *ciência feminista*⁵ (SARDENBERG, 2002, p. 113). Sobre essa questão, a filósofa indiana Uma Narayan explica que:

A epistemologia feminista sugere que integrar a contribuição das mulheres ao domínio da ciência e do conhecimento não constituirá uma mera adição de detalhes; não ampliará meramente a

⁵ Itálico nosso.

visão, mas resultará numa mudança de perspectivas, nos capacitando a ver um quadro bem diferente. A inclusão das perspectivas das mulheres não significará simplesmente uma maior participação delas na prática atual da ciência e do conhecimento; mudará a própria natureza dessas atividades e sua autocompreensão (NARAYAN, 1997, p. 276-277).

Ela acrescenta que a epistemologia feminista é uma manifestação particular de uma percepção mais geral de que as experiências das mulheres enquanto indivíduos e seres sociais, bem como as contribuições ao trabalho, à cultura e ao conhecimento, a história e os interesses políticos têm sido sistematicamente negligenciados pelos discursos dominantes em diferentes campos (NARAYAN, 1997, p. 276). Dessa forma, em sua argumentação, é fundamental o papel das perspectivas advindas das diferentes experiências. Enquanto uma feminista indiana, ela demarca a sua perspectiva como não ocidental, levando em consideração diversas questões culturais e formas de olhar para os problemas de gênero. A partir disso, questiona acerca da possibilidade e legitimidade de pessoas que não sofrem determinados tipos de opressão seriam aliados no compartilhamento dessas perspectivas e percepções. Ela responde da seguinte maneira:

Nosso comprometimento com a natureza contextual do conhecimento não exige que afirmemos que aqueles(as) que não integram esses contextos nunca poderão ter algum conhecimento sobre eles. Mas esse comprometimento nos permite, sim, sustentar que é *mais fácil e mais plausível*⁶ para os oprimidos(as) ter uma percepção crítica sobre as condições de sua própria opressão do que para os(as) que vivem fora dessa estrutura. Aqueles(as) que realmente vivem as opressões de classe, raça ou gênero defrontam-se com as questões que essas opressões geram numa variedade de situações diferentes. A compreensão e as respostas emocionais causadas por essas situações são um legado com o qual confrontam qualquer nova questão ou situação (NARAYAN, 1997, p. 285).

O aspecto em comum na opressão pode ser uma das conclusões da epistemologia feminista de que significa uma “vantagem epistêmica”. Uma Narayan refuta essa ideia:

A teoria feminista tem de ser moderada no uso que faz dessa doutrina da “dupla visão” — a afirmação de que os grupos oprimidos têm uma vantagem epistêmica e acesso a um espaço conceitual crítico maior. Certos tipos e contextos de opressão certamente podem corroborar a verdade dessa asserção. Outros parecem não fazê-lo e, mesmo se propiciarem espaço para visões críticas, poderão também excluir a possibilidade de ações que subvertam a situação opressiva (NARAYAN, 1997, p. 289).

Em sua visão, não é algo tão simples e o fato de se ter acesso a contextos diferentes e incompatíveis não é garantia de que resultará dele uma postura crítica por parte do indivíduo (NARAYAN, 1997, p. 287). Diante disso, reitero que o fato de eu ser mulher e partilhar de uma série de opressões não me proporciona uma vantagem epistêmica, mas sim o que defendo como perspectiva feminista, trabalhada por Sandra Harding (1987a; 1987b).

A historiadora polonesa Ilana Löwy (2000) problematiza a universalidade da ciência, do saber e dos valores universais, colocando que pode excluir e esconder situações de dominação. Essa problemática pode ser associada também à racionalidade e à objetividade. Como alternativa aos problemas que a universalidade, a racionalidade e a objetividade dos saberes podem trazer, ela defende uma perspectiva que me parece mais real, que é a da aceitação dos conhecimentos “situados”. Conforme a autora explica:

Os pesquisadores que trabalham na interseção entre os estudos de gênero e os estudos de ciência quiseram delinear os contornos de uma ciência diferente, enraizada em conhecimentos parciais e situados. Inscritos na ação e nas redes densas de interações, tais “conhecimentos situados” são produzidos por indivíduos que tomam posição por um certo mundo e recusam outros. Longe de serem transcendentais, completos e “próprios”, eles são, por isso mesmo, localizados, parciais e “contaminados”. Uma ciência fundada sobre conhecimentos situados pode ser apresentada como a única

⁶ Destaques de Narayan.

alternativa aos dois perigos simétricos: o totalitarismo de uma visão única e sua imagem especular, o relativismo. Ela alimenta sua força no fato de que reflete nossa posição real no mundo – não a de sistemas pensantes imateriais que produzem uma “visão de nenhures”, mas a de pessoas de carne e osso, frágeis, mortais e, portanto, desprovidas da possibilidade de um controle “definitivo” sobre o que quer que seja (LÖWY, 2000, p. 38).

O que Löwy aborda é semelhante à teoria da perspectiva feminista, trabalhada por Sandra Harding, que pressupõe a existência de uma obrigação epistemológica e ética de grupos dominantes teorizarem, de forma rigorosa, sobre suas posições como sujeitos de conhecimento socialmente situados (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009). Em entrevista concedida a Elizabeth Hirsh e Gary A. Olson (2009), Harding defende que um pesquisador precisa alcançar uma reflexividade forte como um pré-requisito para uma objetividade forte. Ambas as características estão relacionadas a um método mais forte. Em sua perspectiva, o fato de que o observador muda e interage com aquilo que é observado e não é necessariamente negativo para os resultados da pesquisa. Pelo contrário, pode, inclusive, ser usado de uma maneira positiva, tratando-se de compreender que é possível que usemos os recursos do lugar de onde falamos para que alcancemos uma objetividade e um método mais forte para que, assim, consigamos uma reflexividade forte (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009). Isso vai de encontro à ciência como cartesiana, dualista, em que a reflexividade é vista como um empecilho para a confiabilidade e qualidade da pesquisa.

Harding explica que ter um conhecimento socialmente situado ou usar o lugar de onde se fala como recurso implica que:

A objetividade forte requer que nós desenvolvamos um olhar crítico em relação aos esquemas conceituais e quadros de referência que perfazem a nossa localização social. Quais os meus pressupostos como alguém que vem da filosofia analítica angloamericana neste momento da história e que é treinada no positivismo lógico? Como isso me faz enquadrar as questões e projetos que são, de fato, menos que maximamente objetivos, que são restringidos por minha localização social

particular? Assim, o primeiro conjunto de questões permite que a pessoa fortaleça a reflexividade, que use a reflexividade como um recurso, que faça aquela análise, que olhe para os esquemas conceituais de uma área. Não é tanto “Eu, Sandra Harding, mulher branca...”, mas isso é uma questão. O problema, de forma mais geral, é “como os esquemas conceituais que eu estou usando foram moldados de forma a se adequarem aos problemas das mulheres brancas no ocidente?” (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009).

Dessa forma, reflito que pressupostos estão imbrincados à minha condição de mulher branca, inserida num ensino superior público, num país extremamente desigual sob diversos aspectos, e que teve acesso a uma formação enquanto cientista social a partir de autores e autoras majoritariamente no Norte global. Eu tenho clareza de que as teorias utilizadas no presente estudo são europeias e estadunidenses, portanto, dos países historicamente dominantes. A partir dessa compreensão, faço o esforço para desenvolver a objetividade forte, tal qual defende Harding:

Aqueles de nós que estamos em tais posições dominantes estamos em posição dominante: nossas vozes têm muito poder, e isso é um recurso. É triste que o mundo seja organizado hierarquicamente, que nós tenhamos relações de poder; mas dado que temos, eu acho que aquelas pessoas que têm salas de aulas nas quais ensinar e cujos artigos são aceitos em revistas do mundo inteiro, e cujos editores publicam seus livros, constituem um recurso local que nós podemos usar de formas científica e politicamente progressivas (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009).

Harding defende que um método feminista forte é uma abordagem política e ciência e política sempre estiveram íntima e intrinsecamente relacionadas. Estou de acordo principalmente quando a filósofa responde que:

As perspectivas feministas buscam gerar um conhecimento que seja amplamente útil, ao invés de útil para um escopo limitado de projetos. As feministas descobriram que o corpo de conhecimento dominante na sociologia, na filosofia ou na história não é útil para se compreender a vida das mulheres; ele distorce a vida das mulheres ao tentar encaixá-la naquelas categorias, ao tentar compreender a vida das

mulheres por meio de uma história que foca primariamente na história militar e política. Ele não é nem mesmo útil para entender a vida da maioria dos homens; nem ajuda a entender a vida das mulheres. O conhecimento que tem sido produzido pelos discursos dominantes não é amplamente útil (HARDING apud HIRSH; OLSON, 2009).

A canadense Dorothy Smith têm desenvolvido reflexões sobre como a sociologia deve ser transformada para poder explicar a vida social para as mulheres ao invés de para os homens (SMITH, 1987, p. 84). Em sua concepção, uma dificuldade é que a maneira como a sociologia é pensada através de seus métodos, esquemas conceituais e teorias, tem sido baseada em e construída num universo social masculino, ainda que as mulheres tenham participação nisso. A outra é que os dois mundos e as duas bases de conhecimento e experiências não estão numa relação igual. A maneira como o mundo está constituído é de autoridade dos homens sobre as mulheres. Ambas as dificuldades juntas impõem os conceitos e termos nos quais o mundo dos homens é pensado como os conceitos e termos nos quais as mulheres devem pensar os seus mundos. Isso faz que as mulheres sejam alienadas de suas experiências (SMITH, 1987, p. 85-86). Nesse contexto:

Os sujeitos das sentenças sociológicas (se tiverem um sujeito) são do sexo masculino. O sociólogo é "ele". E, mesmo antes de nos tornarmos conscientes de nosso sexo como a base de uma exclusão (*eles* não estão falando sobre *nós*), não obstante, não nos inserimos completamente como sujeitos de suas afirmações, já que devemos suspender nosso sexo e suspender nosso conhecimento de quem nós somos tanto quanto quem é que de fato está falando e de quem. Portanto, não participamos plenamente das declarações e formulações de seu modo de consciência. A externalização da sociologia como profissão que descrevi acima se torna para as mulheres um duplo estranhamento [tradução nossa e destaque de Smith] (SMITH, 1987, p. 91).

Smith aponta que:

A profissão de sociologia baseia-se em um universo que é ocupado pelos homens e é em si

mesmo amplamente apropriado pelos homens como seu "território". A sociologia faz parte da prática pela qual somos todos governados e essa prática estabelece suas relevâncias. Assim, as instituições que travam a sociologia nas estruturas ocupadas pelos homens são as mesmas instituições que prendem as mulheres às situações em que se encontram oprimidas [tradução nossa] (SMITH, 1987, p. 86).

Para a autora, devemos rejeitar uma sociologia voltada para si mesma e a única forma de conhecermos um mundo socialmente construído é o conhecendo de dentro. Ela explica que:

Uma relação na qual os fenômenos sociológicos são objetivados e apresentados como externos e independentes do observador é, em si, uma prática social especial também conhecida de dentro. A relação entre observador e objeto de observação, o sociólogo como "sujeito", é uma relação social especializada. Até mesmo ser um estranho é entrar em um mundo constituído a partir de dentro como estranho. A estranheza em si é o modo pelo qual é experimentada (SMITH, 1987, p. 92).

Nesse contexto, ela sugere uma reorganização que mude a relação do sociólogo ou da socióloga com o objeto do conhecimento e das problemáticas. Isso envolve, primeiro, que se pense onde se está situado, nomeando no começo dos atos pelos quais ele ou ela sabe ou sobre os quais vai aprender e, segundo, tornar a experiência direta do dia-a-dia o primeiro campo de seu conhecimento (SMITH, 1987, p. 91). A autora defende que a "perspectiva das mulheres" põe em xeque a reivindicação da sociologia de que o conhecimento objetivo seja independente da situação do sociólogo. As sociólogas estão no centro da contradição entre a relação da disciplina com as experiências no mundo. Trata-se da "ética da objetividade", que diz existir uma separação entre os que estão estudando algo e o que é estudado. Sobre isso, a autora ressalta que:

Devo enfatizar que estar interessado em saber algo não invalida o que é conhecido. Nas ciências sociais, a busca da objetividade possibilita que as pessoas sejam pagas para buscar um conhecimento ao qual são de outra forma indiferentes. O que eles sentem e pensam sobre a sociedade pode ser separado e mantido fora do que eles estão profissionalmente ou

academicamente interessados [tradução nossa] (SMITH, 1987, p. 88).

Smith critica essa concepção e mostra como é possível se partir das diversas experiências para se pensar em problemas sociológicos. É uma forma de redescobrir a sociedade a partir dela. Nesse contexto, a sua proposta alternativa começa a partir da análise e da crítica à situação das mulheres. Essa perspectiva vai depender, então, das experiências no mundo enquanto mulheres, pois:

Como socióloga, a compreensão e a exploração de sua própria experiência como método de descoberta da sociedade lhe restaura um centro que, pelo menos neste empreendimento, é inteiramente dela [tradução nossa] (SMITH, 1987, p. 95).

Diante disso, compreendo que o que faço enquanto pesquisadora parte principalmente de minhas experiências enquanto mulher no dia-a-dia em uma luta constante contra os machismos em suas diversas esferas – inclusive, acadêmicas – e, sobretudo, como militante dos movimentos sociais. E pude ter essa noção no decorrer da pesquisa de campo para desenvolver a tese de doutorado em Sociologia, em que acompanhei espaços onde estavam presentes integrantes da sociedade civil e do governo na construção de Conferências de Políticas para as Mulheres (AUTORA, 2019). Ao estar em espaços ditos “mistos”, ocupados por homens e mulheres, como sindicatos ou partidos políticos, as nossas exclusões ficam muito claras para mim. Pautas específicas, como a luta em torno da legalização do aborto ou de reivindicação de creches, muitas vezes são deixadas de lado em nome de uma luta colocada como “maior”, que, para muitos sujeitos, é a de classes. É justamente por ser uma mulher imersa no contexto de lutas sociais que me fez olhar para o processo do *impeachment* da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff e enxergar que se de um processo em que, dentre diversos fatores, havia fortes componentes machistas e misóginas. Ao mesmo tempo em que via aquilo tudo na posição de uma ativista feminista, realizava a pesquisa de campo nas conferências de políticas públicas e exercia a função de

pesquisadora. Percebi claramente que não há como separar essas duas esferas, tive algumas crises com esses papéis, que foram oriundas de uma formação que, de certa forma cartesiana, coloca-nos como algo negativo partirmos de nossas experiências no mundo para pensarmos as próprias perspectivas como sociólogos e sociólogas. Para refletir sobre isso, é sempre útil recorrer a Wright Mills no clássico texto “Sobre o artesanato intelectual”, em que o autor argumenta que aos mais admiráveis pensadores da comunidade acadêmica não separam seu trabalho de suas vidas (MILLS, 2009 p. 21). Nós, sociólogos e sociólogas, estamos constantemente em reflexão, isto é, não somos, por exemplo, 8h por dia profissionais, mas todo o tempo, em diversas situações que, para outras pessoas podem passar despercebidas, despertam em nós uma série de questionamentos. Para que o artesanato intelectual seja possível, é preciso se exercitar a imaginação sociológica, sobre a qual o autor afirma:

A imaginação sociológica permite ao seu possuidor compreender o cenário histórico mais amplo em termos de seu significado para a vida interior e a carreira exterior de uma variedade de indivíduos, no tumulto de suas experiências diárias, tornam-se muitas vezes falsamente cômicos de suas posições sociais. Nesse tumulto, busca-se a estrutura da sociedade moderna, e dentro dessa estrutura formulam-se psicologias de uma variedade de homens e mulheres. Por esses meios, a inquietação pessoal de indivíduos é concentrada em dificuldades explícitas e a indiferença de públicos é transformada em envolvimento com questões públicas (MILLS, 2009, p. 84).

O autor afirma que o analista social clássico tem como tarefa e promessa apreender a história e a biografia e a relação entre as duas na sociedade (MILLS, 2009, p. 84). Trata-se de uma abordagem da qual eu mais me identifico e que me faz constatar que vontade e decisão de estudar a temática das mulheres está relacionada a duas áreas que me mobilizam bastante e que me despertam diversos questionamentos cotidianamente: feminismo e democracia. Ao longo dos anos de doutorado, trabalhei muito no sentido de aprimorar o artesanato

intelectual e de estimular a minha imaginação sociológica. Esse é um dos fatores que me levam a refletir sobre o meu olhar e o meu papel no campo de estudo.

Embora não usem o mesmo nome, Dorothy Smith e Sandra Harding convergem no que entendem por fazer ciência a partir das mulheres. Enquanto a primeira usa “perspectiva das mulheres”, a segunda nomeia “perspectiva feminista”. Uno os dois neste trabalho, pois na condição de mulher imersa no meio científico, proponho pesquisas com um olhar de quem questiona as desigualdades de gênero e reflete sobre a posição das mulheres na sociedade.

Sandra Harding resume o que, em minha concepção, trata a epistemologia feminista:

Uma vez que nos comprometemos a usar a experiência das mulheres como um recurso para gerar problemas científicos, hipóteses e evidências, para projetar pesquisas para mulheres e colocar o pesquisador no mesmo plano crítico que o sujeito de pesquisa, os pressupostos epistemológicos tradicionais não podem mais ser feitos. Essas agendas levaram cientistas sociais feministas a fazerem perguntas sobre quem pode ser um conhecedor (somente homens?); que testes as crenças devem passar para serem legitimadas como conhecimento (somente testes contra as experiências e observações dos homens?); que tipos de coisas podem ser conhecidas (podem “verdades subjetivas”, aquelas que somente mulheres - ou apenas algumas mulheres - tendem a chegar, contam como conhecimento?); a natureza da objetividade (requer “perspectiva”?); a relação apropriada entre o pesquisador e seus sujeitos de pesquisa (o pesquisador deve ser desinteressado, desapassionado e socialmente invisível ao sujeito?); Quais devem ser os propósitos da busca do conhecimento (para produzir informação para os homens?) [tradução nossa] (HARDING, 1987b, p. 181).

A autora explica que a teoria da perspectiva emergiu como uma teoria crítica feminista nas décadas de 1970 a 1980 acerca das relações entre produção do conhecimento e práticas de poder. Desafiou o pensamento convencional de que a política só pode obstruir e prejudicar a produção do conhecimento científico. Dessa forma, a “teoria da perspectiva feminista” não é apenas uma explanatória, mas principalmente um método ou

metodologia que guia a pesquisa científica (HARDING, 2004, p. 1).

O enfoque da teoria do ponto de vista está focada na localização histórica e social dos projetos de conhecimento e na maneira como o trabalho coletivo político e intelectual pode transformar uma fonte de opressão em uma fonte de conhecimento e libertação potencial, faz uma contribuição distintiva à justiça social, bem como à nossa compreensão das condições prévias para a produção de conhecimento [tradução nossa] (HARDING, 2004, p. 10).

Considero que, no decorrer da pesquisa doutoral, estive no campo de estudo não apenas como uma observadora, tal qual a ciência tradicional e seus dualismos cartesianos tanto prezam. Ao me descobrir como fazendo parte do movimento social que estudava, posso dizer que tenho um compromisso científico e, sobretudo, político como pesquisadora. Ou, seguindo a terminologia de Maria Lígia Elias (2019, p. 89), busco trabalhar a partir da noção de teoria engajada, que tem como compromisso desnudar as estruturas de opressão. Na perspectiva da autora,

A questão é pontuar que há uma diferença ente fazer uma análise que leve em conta a variável gênero ou raça e de fato levar em conta os saberes e as falas das mulheres (sejam elas negras, indígenas, deficientes, trans, migrantes, marginalizadas e subalternizadas em diversos contextos (ELIAS, 2019, p. 89).

O desafio constante, portanto, aponta para o que decidimos estudar, mas também para refletirmos o nosso papel enquanto pesquisadoras feministas e engajadas com transformações sociais.

Considerações gerais

Fazer a crítica dos pilares que sustentam a ciência tradicional e ocidental nos permite olhar para questões costumeiramente esquecidas, como as das mulheres, pessoas negras e diversas outras minorias políticas. Ao longo do exposto pelas diversas autoras, é possível perceber que não se desvincula a produção do conhecimento científico de questões culturais.

Isso faz ver que não existe neutralidade e que isso não é algo negativo, como os princípios cartesianos tanto colocam. Essa desconstrução é fundamental para estudos feitos em campos que lidem diretamente com desigualdades sociais. No campo onde realizei a pesquisa, em espaços de controle social em conselhos dos direitos das mulheres e do movimento feminista em Pernambuco, não só tomei consciência de uma série de opressões as quais eu sofro, como me tornei uma ativista da causa. Ao mesmo tempo, percebi que, nesse contexto de desigualdades, também usufruí de uma série de privilégios por ser uma mulher branca e que teve acesso a boas condições de vida que, inclusive, proporcionaram que, hoje, esteja concluindo um doutorado numa universidade pública num país tão desigual quanto o Brasil.

O desafio, então, muda de “fazer ciência enquanto feminista” para “fazer uma ciência feminista”, tal como aborda Cecília Sardenberg (2002). Esse, de acordo com o que foi exposto no presente texto, não é outra forma de se fazer ciência, mas sim o aprofundamento da mesma através da reflexividade e objetividade forte, conforme nos mostra Sandra Harding (2004). Esse aprofundamento se dá a partir da desconstrução dos dualismos e da exclusão de diversas questões. É, na verdade, reconhecer que a sociedade é complexa e que a ciência precisa olhar para relações de poder e problematizar valores universais. Isso tem uma implicação direta em metodologias de pesquisa e permite aos estudiosos e estudiosas olhar para o campo e os objetos de estudo a partir de perspectivas mais abrangentes e, ao mesmo tempo, inclusivas das diferenças. Estou de acordo, pois, com Dorothy Smith e Sandra Harding quando colocam que a perspectiva das mulheres e a perspectiva feminista é fazer ciência a partir das mulheres. Diante de todo o debate desenvolvido no presente artigo, vê-se que a relação entre feminismo e ciência não apenas é possível, como, sobretudo, é necessária.

Referências

BANDEIRA, Lourdes; A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 16 (1): 288, janeiro-abril/2008.

ELIAS, Maria Lígia G. G. R. Feminismos, diferenças: uma reflexão sobre pesquisa, categorias analíticas e transformação social. In: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Maíra Kubík; SARMENTO, Rayza; FREITAS, Viviane Gonçalves (orgs.). *Feminismos em Rede*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

HARDING, Sandra. Introduction: is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington and Indianapolis, USA: Indiana University Press, 1987a.

_____. Conclusion: Epistemological questions. In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington and Indianapolis, USA: Indiana University Press, 1987b.

_____. Introduction: Standpoint theory as a site of political, philosophic, and scientific debate. In: HARDING, Sandra (Ed.). *The feminist standpoint theory reader*. New York, London: Routledge, 2004.

HIRSCH, Elizabeth; OLSON, Gary A. Começando por Vidas Marginalizadas: uma conversa com Sandra Harding. *Que Cazzo é Esse??!* Blog de Teoria e Metodologia das Ciências Sociais, 2009. Disponível em: <https://quecazzo.blogspot.com/2009/12/comecando-por-vidas-marginalizadas-uma_20.html>. Acesso em: 25 jul. 2018.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006, p. 13-34. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. *Reflexiones sobre gênero e ciência*. Valencia: Instituto Alfons el Magnanim,

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu* (15), 2000, p. 15-38.
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?dow=51340>. Acesso em: 24 set. 2018.

Disponível

em: <

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. In: In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MONNERAT, Alessandra. “Teto de vidro” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres. *Revista Gênero e Número*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

NARAYAN, Uma. O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan (orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SARDENBERG, Cecília M. B.. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (orgs.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Carmen. *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*. Recife: SOS Corpo, 2016.

SMITH, Dorothy E. Women’s perspective as a radical critique of Sociology. In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism and methodology*. Bloomington and Indianapolis, USA: Indiana University Press, 1987.